

# **ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA: O ESTUDO DE CASO DA ALEMANHA DIVIDIDA**

## ***ORGANIZATION OF ECONOMIC ACTIVITY: THE CASE OF DIVIDED GERMANY***

**FERNANDO SCHWARZ GAGGINI<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O presente trabalho apresenta um estudo sobre os modelos de organização econômica aplicados à Alemanha, no período em que foi dividida em dois países (RFA – Alemanha Ocidental e RDA – Alemanha Oriental).

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Atividade Econômica, RFA – Alemanha Ocidental, Capitalismo, RDA – Alemanha Oriental, Socialismo.

---

### **ABSTRACT:**

*This paper presents a study of the models of economic organization applied to Germany during the period when it was divided into two countries (FRG – West Germany and GDR – East Germany).*

### **KEYWORDS:**

*Economic Activity, FRG - West Germany, Capitalism, GDR - East Germany, Socialism.*

---

---

<sup>1</sup> Advogado. Professor no Curso de Direito da Strong Business School. Pós-Graduado/Especialista em Direito Mobiliário (Mercado de Capitais) pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP. Contato: fernando.gaggini@esags.edu.br

## 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS: A ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A vida em sociedade e a constante interação entre as pessoas, visando o atendimento das necessidades individuais e coletivas, impõe que se adote algum modelo de organização econômica, que discipline o funcionamento social.

Para tanto, diversos modelos têm sido aplicados ao longo da história, e, no campo econômico atual, os que se destacam são o capitalismo e o socialismo. No entanto, muitas vezes os debates acerca de tais conceitos adotam uma abordagem teórica e maniqueísta, quando, em verdade, se tratam de duas propostas distintas buscando obter uma melhor organização econômica social, e que possa trazer uma situação de bem-estar. Ou seja, ambos os modelos foram concebidos, ainda que conceitualmente, com a ideia de proporcionar uma adequada organização da sociedade que torne melhor o padrão de vida dos cidadãos, ainda que através de sistemas e pressupostos totalmente diversos. Assim, de início, cabe identificar o que representam tais propostas.

O modelo capitalista, também chamado de economia de mercado, pressupõe que a melhor forma de organização social é aquela que proporciona a propriedade privada, a livre iniciativa (com liberdade de criação de negócios e empreendimentos por particulares), a concorrência entre empresários e permite a atuação das forças de mercado (oferta e procura).

O modelo socialista, também chamado de economia planificada, planejada ou centralizada, pressupõe que a melhor forma de organização social é aquela em que impera a propriedade pública dos bens (negando a

propriedade privada, ressalvadas pequenas exceções, tal como para bens pessoais, roupas, móveis, automóveis e eventualmente pequenas atividades comerciais que asseguram subsistência), monopólio estatal e as decisões econômicas são determinadas por um órgão central integrante da administração, que determinará o que produzir, como produzir, quantidades, preços etc<sup>2</sup>.

Portanto, a diferença fundamental entre os dois modelos é explicada da seguinte forma por Vasconcellos e Garcia: *“Em economias de mercado, a maioria dos preços dos bens, serviços e salários é determinada predominantemente pelo mecanismo de preços, que atua por meio da oferta e da demanda de bens e serviços e dos fatores de produção. Nas economias centralizadas, essas questões são decididas por um órgão central de planejamento, a partir de um levantamento dos recursos de produção disponíveis e das necessidades do país. Ou seja, grande parte dos preços dos bens e serviços, salários, cotas de produção e de recursos é calculada nos computadores desse órgão, e não pela oferta e demanda no mercado.”*<sup>3</sup>. Rossetti, por sua vez, distingue-os da seguinte maneira, ao explicar o sistema capitalista: *“essa segunda forma de organização é bem diferente da adotada pelas economias socialistas dirigidas do centro. Enquanto as economias totalmente planificadas operam a partir de centralizado sistema decisório, as baseadas na livre iniciativa funcionam através de decisões descentralizadas que se coordenam pelo livre jogo das forças do mercado”*<sup>4</sup>.

A partir de tais ideias, cada país adota o modelo que lhe parece mais adequado às suas necessidades, conforme os valores e interesses vigentes em cada época. Ademais, os conceitos acima são ajustados a cada caso em concreto. O sistema capitalista, por exemplo, é adotado

2 Conforme as lições de José Paschoal Rossetti, a respeito do sistema de planejamento da economia: *“(…) uma vez eliminada a propriedade privada dos meios de produção, caberia ao Estado a tarefa de dirigir centralmente as unidades produtoras. Os organismos de planificação estabeleceriam planos globais e setoriais e cuidariam do controle de sua execução. Os problemas relativos ao investimento, à distribuição regional e setorial de recursos, à fixação dos objetivos a alcançar, aos sistemas de repartição da renda social, ao estabelecimento da estrutura econômica e ao ritmo da atividade seriam da alçada das agências de planificação. Finalmente, uma vez socializada integralmente a atividade e evitadas as relações concorrenciais entre as unidades de produção, a fixação dos preços constituiria também tarefa da responsabilidade dos organismos estatais”*. (cf. ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 16.ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 344-345)

3 VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 5.

4 ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 16.ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 365.

em inúmeros países, mas, embora compartilhe de pressupostos em comum (propriedade privada, livre iniciativa, livre concorrência, oferta e procura), cada país ajusta seus detalhes, sendo que em alguns existe maior intervenção estatal na economia, em outros menos, alguns países capitalistas optam por adotar agências reguladoras, enquanto outros preferem desregular a economia, alguns optam por adotar grandes redes de proteção social, enquanto outros optam por uma menor atuação nesse sentido. O mesmo se verificou entre países socialistas, dado que, na prática, os sistemas de planificação adotados, no passado, na União Soviética, China e outros países do leste europeu não eram totalmente iguais<sup>5</sup>. Enfim, os aspectos pontuais são decididos por cada país, respectivo governo e valores vigentes, que também mudam ao longo do tempo.

Assim, como muitas das discussões a respeito dos modelos de organização da atividade econômica ficam centradas em aspectos teóricos, o objetivo do presente texto é demonstrar, a partir de um caso real, o funcionamento prático de tais sistemas, e suas respectivas características, aplicados concomitantemente a um mesmo país, usando para tanto a história da Alemanha, que, após derrotada na segunda guerra mundial, se viu ocupada pelos países vencedores, e em sequência dividida e submetida aos dois sistemas distintos.

Logo, o presente texto busca mostrar, a partir de um estudo de caso, as condições e os efeitos da aplicação de ambos os sistemas econômicos sobre um mesmo povo, uma mesma cultura, uma mesma região, em um mesmo contexto e período histórico.

## **2. ESTUDO DE CASO: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA ALEMANHA DIVIDIDA (1945 – 1990)**

### **2.1 Contextualização Histórica da Divisão Alemã Pós 2ª Guerra**

A experiência vivida ao fim da 1ª guerra mundial, quando, após derrotada, em poucos anos a Alemanha se remilitarizou e veio a provocar a segunda grande guerra, levou a que os demais países combatentes, ao desfecho da 2ª guerra, tivessem outra perspectiva de como lidar com a Alemanha vencida.

Em sequência à derrota alemã, em 1945, e como forma de assegurar algum controle e evitar novo desencadeamento de guerra, o território alemão foi ocupado pelos aliados e dividido em quatro zonas de ocupação: uma zona ocupada pela Inglaterra, uma pela França, uma pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e uma pelos Estados Unidos da América (EUA), sendo ainda que Berlim, embora integralmente situada dentro da zona de ocupação soviética, pela sua representatividade foi também dividida em quatro setores, na mesma forma. Desde então o poder político e militar da região ocupada estava sob total controle dos ainda aliados (que formavam, então, o Conselho de Controle Aliado), e a eles cabia determinar a nova ordem política, econômica e social. A princípio, tal divisão era temporária, como reflexo imediato do pós-guerra, em situação a ser avaliada pelos aliados.

No entanto, as inúmeras divergências, de diversas ordens (políticas, econômicas, estratégicas, culturais etc), levaram a uma crescente ruptura entre os aliados, que inviabilizaria uma breve reunificação alemã. Pelo contrário, tais divergências levariam a que um mesmo povo se veria dividido e submetido a experiências totalmente diversas de organização da sociedade.

Nesse cenário, em janeiro de 1947, os Estados Unidos e a Inglaterra decidiram unificar economicamente suas zonas de ocupação, criando a chamada "bizona". No mesmo ano, foi anunciado o Plano Marshall pelos Estados Unidos, vislumbrando fornecer ajuda econômica para a Europa ocidental. Os soviéticos reagiram a tais movimentos e criaram a Cominform, organização composta para coordenar ações entre partidos comunistas e ser uma ferramenta de política internacional da União Soviética.

5 ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 16.ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 346.

Em 1948, a União Soviética, embora mantendo sua zona de ocupação, retirou-se do Conselho de Controle Aliado, encerrando formalmente o controle dos até então 4 países aliados sobre a Alemanha. No mesmo ano, os franceses unificaram sua área de ocupação à área dos EUA e Inglaterra, tornando a até então "bizona" em "trizona", que passaria ainda por uma ampla reforma monetária no mesmo ano, com a inclusão de nova moeda (o Marco Alemão). Os soviéticos responderam a esse movimento de reforma monetária na trizona ocidental introduzindo uma nova moeda em sua própria zona de ocupação, o que evidenciou ainda mais a ruptura, sendo que, em agosto de 1948, os soviéticos fecharam o acesso terrestre, marítimo e ferroviário entre a trizona ocidental e Berlim ocidental (dado que referido acesso necessariamente trafegava em território da zona de ocupação soviética), no episódio que ficou conhecido como bloqueio de Berlim. Tal manobra visava isolar a parcela ocidental de Berlim (e inviabilizar a sua manutenção por EUA, Inglaterra e França), mas a resposta ocidental foi a criação de uma intensa ponte aérea ligando Berlim ocidental ao restante do território da trizona, de modo que conseguiram manter o território abastecido e sustentável. O bloqueio soviético durou 11 meses, só cessando em maio de 1949, e foi fator que aumentou consideravelmente os atritos entre os dois polos.

Durante o período do bloqueio a Berlim, surgiu a discussão de se criar formalmente um Estado alemão ocidental, correspondente à trizona, proposta essa que foi levada adiante, sendo que a lei fundamental foi proclamada em maio de 1949, caracterizando a República Federal da Alemanha (em alemão *Bundesrepublik Deutschland*, popularmente chamada de RFA ou Alemanha Ocidental), Estado que veio a ser formalmente reconhecido pelos 3 Aliados (EUA, Inglaterra e França) em setembro de 1949, ainda que com soberania restrita.

E, em que pese a existência, no período, de algumas propostas para unificação das quatro

zonas de ocupação, tais propostas não evoluíram diante de tão evidentes divergências. Logo, em contraponto à criação da RFA, também em 1949 a zona de ocupação soviética deu origem a um novo país, a República Democrática Alemã (em alemão *Deutsche Demokratische Republik*, popularmente conhecida como RDA ou Alemanha Oriental).

Assim, influenciados pelos países que ocupavam os territórios, as "duas Alemanhas" adotaram modelos totalmente opostos de organização econômica e social.

## 2.2 A RFA (Alemanha Ocidental) E O Modelo Capitalista

A RFA - República Federal da Alemanha, criada a partir da trizona de ocupação norte-americana, inglesa e francesa, adotou um modelo de organização econômica capitalista, de economia de mercado, dentro de uma democracia com liberdade política.

Nesse contexto, permitia a propriedade privada e a liberdade de iniciativa e empreendimento (que viabiliza o surgimento de novos negócios), em uma política de mercado, com preços livres e atuação das forças de oferta e procura, e incentivo à concorrência, de modo que os fornecedores, na busca de atrair o consumidor, oferecessem produtos de melhor qualidade e menor preço.

O modelo também assegurava liberdade de associação, de manifestação e de imprensa. Dentro da ideia de economia de mercado, a RFA se caracterizava como uma sociedade de consumo, buscando, com o incentivo à competição no mercado, viabilizar ampla oferta de bens e serviços à população. Nesse sentido, a título de exemplo, Martin Kitchen menciona que, em 1960, 25 % das famílias tinham automóvel, passando tal percentual a 65% em 1989. Quanto a telefones, 38% possuíam tal item em 1960, passando a 99% em 1989<sup>6</sup>.

A RFA adotou os preceitos de liberdade de negócios, seguindo a tradição alemã de inovar em questões empresariais, tal como se dera

6 KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 533.

no passado com a inovadora criação da figura da sociedade limitada (GmbH) em 1892, bem como, já na RFA, com a criação da sociedade unipessoal em 1980, ambos aspectos que influenciaram consideravelmente o mundo empresarial e do empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, para garantir direitos sociais dentro do modelo capitalista, permitiu forte atuação sindical, inclusive com a previsão de participação de representantes de trabalhadores em conselhos de sociedades limitadas e anônimas com mais de 500 empregados<sup>7</sup>.

A economia da RFA teve um resultado vigoroso desde sua criação. No período entre 1950 e 1973, denominado como milagre econômico alemão, o PNB - Produto Nacional Bruto crescia a uma taxa média anual de 6,5% (ainda que entre 1966 e 1967 tenha vivido um período de recessão). O resultado imediato do crescimento da economia fez com que em 1960 a renda per capita tivesse dobrado no país. Em 1970 a RFA era o país mais industrializado do mundo (com 48,5% de sua mão de obra no setor industrial), embora em sequência passasse a notar uma transição de trabalhadores para o setor de serviços (tanto que no ano 2000 o setor de serviços empregava 63% da força de trabalho). De fato, o sucesso econômico da RFA fez com que a recuperação da economia no pós-guerra, que era estimada em trinta anos, se desse em dez anos, e o modelo adotado permitiu que a RFA se tornasse rapidamente grande potência econômica da Europa ocidental<sup>8</sup>.

Cabe observar que parte do sucesso econômico inicial foi facilitado pela ampla mão de obra que chegava à RFA fugindo da zona de ocupação soviética (posterior RDA), aspecto esse que em grande medida cessou com a construção do muro de Berlim em 1961. Também foi elemento facilitador o fato de que, alinhada aos Estados Unidos, a RFA se beneficiou do plano Marshall, que lhe assegurou recursos, e depois a integração ao mercado externo para negociação de produtos.

O êxito econômico da RFA permitiu a criação de um amplo sistema de proteção social, com vistas a garantir o bem-estar da população. No entanto, a adoção de tal sistema de proteção impôs considerável sobrecarga nas contas públicas, dado que sua manutenção impunha elevada carga fiscal, o que veio a comprometer a competitividade da RFA no mercado internacional, em especial frente a nações asiáticas<sup>9</sup>. Tais fatores impactaram em seu desempenho econômico, que, tão pujante entre 1950 a 1973, reduziu seu resultado para um crescimento médio de 2% entre 1973 e 1989. Mas, a par desse impacto, essa era a forma buscada para aliar o modelo capitalista com uma rede de proteção social (em contraponto às propostas socialistas adotadas em outras nações), e a sustentabilidade de tal modelo é desafio constante na economia mundial.

### 2.3 A RDA (Alemanha Oriental) e o Modelo Socialista

A RDA - República Democrática Alemã surgiu em outubro de 1949, como uma resposta ao ocidente frente à criação da RFA meses antes, e adotou o modelo econômico socialista por influência da União Soviética, potência ocupante do território.

Embora tenha adotado em seu nome a expressão “república democrática”, e se afirmasse democrática e antifascista, era em realidade um país com centralização política, em que um partido (SED – Partido Socialista Unido) exercia o poder central, formando frente única com alguns partidos satélites de pouca representatividade, mas sendo vedados partidos oposicionistas, dada a ausência de liberdade política e a total repressão contra dissidentes. Como explicado por Martin Kitchen, a RDA era uma ditadura de um só partido, e que “*marchava sob a bandeira do “antifascismo”, a arma mais poderosa*

7 PERALTA, Ana Maria. *Direito comercial comparado*. Lisboa: AAFDL, 1997, p. 79.

8 Dados obtidos em KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013, p.450, 452 e 443.

9 KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 454.

*do arsenal de propaganda comunista* <sup>10</sup>. Portanto, apesar de seu nome, não oferecia liberdade política nem eleições livres, dado que o poder político era totalmente centralizado. De fato, criada em 1949, a RDA viveria as primeiras eleições livres somente em 1990, com resultado que influenciou diretamente na própria extinção do país.

O partido central, por sua vez, mantinha total alinhamento à União Soviética, que intervinha inclusive militarmente para assegurar o controle social, como se viu, por exemplo, no episódio histórico denominado como *“Levante de 1953”* (em que uma grande manifestação popular, pleiteando melhorias na condição de vida, mais liberdade, democracia, entre outros aspectos, foi severamente reprimida pelo exército soviético, com um saldo de muitos mortos e feridos, além de milhares de manifestantes presos).

No plano econômico, o modelo socialista adotou uma economia planificada, em que a atuação econômica no país era decorrente de um planejamento central decidido pelo governo. Nesse contexto, visando eliminar a propriedade privada, também ocorreu o confisco de terras e propriedades industriais particulares, de modo que o Estado detinha em seu poder os meios de produção, bem como era proprietário da maioria dos bens disponíveis (tal como das moradias), delegando sua utilização a quem considerasse apropriado.

No âmbito da economia socialista, por ser planejada, cabia ao governo (e não a empresários e empreendedores privados) decidir o que deveria ser produzido, como ser produzido, em que quantidade, a que preço, e como seriam distribuídos. Conforme observa Martin Kitchen, ao retratar a RDA, *“o planejamento não levava em consideração fatores como a lucratividade, a produtividade, a redução de custos, a conservação da qualidade ou a demanda”* <sup>11</sup>, e a situação refletia em distorções na oferta de bens e produtos. Portanto, inexistia mercado, e

tampouco a oferta e procura eram consideradas para tais decisões, que representavam acima de tudo o interesse da administração <sup>12</sup>. Tal planejamento se dava em planos periódicos, tal como ocorreu, exemplificativamente, com o plano quinquenal de 1971-1975.

Em razão da visão de proteção social, o país deveria garantir a todos o *“direito de trabalhar”*, impondo ao Estado assegurar uma situação de pleno emprego, ainda que artificial (dado que muitos postos de trabalhos eram desnecessários, mas mantidos para ocupar a população). Essa medida, embora assegurasse a todos um trabalho, em contrapartida impunha custos excessivos e falta de eficiência aos negócios, o que eliminaria a competitividade dos produtos da RDA frente a outras nações. Tais aspectos iriam minar a produtividade e competitividade da RDA, com consequências drásticas no futuro.

Como a produção de bens e serviços não levava em consideração a demanda da população, muitas vezes tal cenário acarretava na escassez de bens, gerando insatisfação. Diante dessa insatisfação, a manutenção do sistema político e econômico foi amplamente baseada em repressão e restrição de liberdades. De fato, para assegurar a observância do modelo, a liberdade era contida em diversas de suas esferas, tal como a liberdade de ir e vir, de empreender, de comércio, sindical, de expressão, musical, de vestimenta, e politicamente não existia liberdade para divergências ou oposição, sendo negado o direito a pensamento diverso e imposta uma unanimidade forjada à força. Inclusive, para viabilizar o sistema de controle e repressão contra potenciais dissidentes, foi criado o serviço de segurança do Estado (STASI).

A RDA teve grandes dificuldades iniciais de recuperação de sua economia, decorrentes do desmantelamento do parque industrial promovido pelo exército soviético após o fim da guerra (frente ao que perdera metade da capacidade industrial que tinha em 1936), tendo o exército

10 KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 473.

11 KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013, p.471.

12 Ao mesmo tempo, como os preços eram estabelecidos pela administração (e não decorrentes da interação de oferta e procura), surgiram inúmeros mercados paralelos clandestinos.

soviético levado para a URSS dois terços das indústrias químicas e metalúrgicas, e um quarto de outras indústrias<sup>13</sup>, o que comprometeu seriamente a capacidade produtiva. Ainda, não teve acesso a um plano de ajuda efetivo tal como o Plano Marshall, e, em especial em suas primeiras décadas, sofreu de um isolamento internacional por política da RFA<sup>14</sup>, que dificultava negócios e obtenção de recursos.

Nos anos 1970, tornou-se o mais eficiente produtor do bloco socialista, embora, afora algumas poucas exceções, fabricando produtos defasados tecnologicamente e de baixa qualidade (como, por exemplo, em relação a automóveis), o que inviabilizava competir nos mercados ocidentais. Tal falta de competitividade também era decorrente das indústrias serem obsoletas e economicamente ineficientes, dentro de uma economia muito subsidiada.

Todo esse cenário foi corroendo as estruturas da RDA, tornando-a insustentável e levando-a ao colapso e extinção, o que ocorreu pouco tempo após o episódio histórico da “queda do muro de Berlim”, que pela sua relevância nesse contexto, será explicado em sequência.

### 2.3.1 O Muro de Berlim

Como mencionado anteriormente, o território da cidade de Berlim, que ficava situado totalmente dentro da zona de ocupação soviética, foi dividido entre um setor de ocupação soviética (“Berlim oriental”) e os três setores ocidentais (“Berlim ocidental”). Logo, Berlim ocidental, por estar situada totalmente dentro do território de ocupação soviética, representava uma “ilha capitalista” dentro do território socialista.

Essa situação, nos primeiros tempos, permitia uma fácil circulação da população entre os territórios capitalista e socialista, e permitia também uma imediata comparação de modelos e padrões de vida, o que evidenciava de forma gritante o contraste entre os dois Estados alemães, ainda mais porque a RFA vivia o chamado milagre econômico. Tal situação levou muitos habitantes da zona de ocupação soviética (depois RDA) a buscarem melhor qualidade de vida, por meio de mudança para o setor capitalista, o que era feito de forma relativamente fácil através do acesso a Berlim ocidental. Esse cenário gerou um contínuo fluxo de pessoas fugindo do setor socialista para o setor capitalista. Estima-se que, de 1947 a 1961, em torno de 3 milhões de pessoas mudaram para a RFA<sup>15</sup>. Só em julho de 1961, 30 mil pessoas fugiram, acelerando a saída de pessoas da RDA, o que poderia levar o país a uma inviabilidade por falta de população e mão de obra.

Assim, para impedir esse fluxo e conter sua população<sup>16</sup>, em agosto de 1961 a RDA construiu um muro para isolar Berlim ocidental do território da RDA. Embora fosse chamado de “muro antifascista”, o muro tinha uma real função econômica, no sentido de impedir o fluxo de saída e conter a população no território da RDA, mesmo que impedindo o direito de ir e vir. Logo, o objetivo real do muro era econômico, e visava coibir os efeitos catastróficos para a RDA da fuga em massa de pessoas da Alemanha socialista para a Alemanha capitalista. Com o muro, se agravou ainda mais o distanciamento entre as duas Alemanhas, além de ele ter se tornado um símbolo da divisão mundial.

13 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001, p. 92.

14 Postura essa que viria a mudar no início dos anos 1970, após o que se seguiu uma política de maior aproximação e cooperação.

15 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001, p. 110. Sobre o mesmo contexto, afirma Hans-Hermann Hertle: “Between 1945 and 1961, three and a half million people flee from the Soviet occupation zone and the later GDR to West Germany. They flee because they have relatives in the West, because their property has been taken away from them, because they are discriminated against and persecuted as Christians, because the supply of food and other commodities is deficient, and because political freedom is dying. (cf. HERTLE, Hans-Hermann. *The Berlin Wall story*. 2.ed. Berlin: Christoph Links Verlag GmbH, 2016, p. 32).

16 Conforme Hans-Hermann Hertle, tentativas anteriores ao muro, buscando a contenção do fluxo, foram realizadas, tal como, em dezembro de 1957, quando o governo da RDA endureceu a legislação penal, determinando que a fuga da RDA caracterizaria uma emigração ilegal, passível de prisão, e mesmo o planejamento da fuga caracterizaria um ilícito passível de prisão. (HERTLE, Hans-Hermann. *The Berlin Wall story*. 2.ed. Berlin: Christoph Links Verlag GmbH, 2016, p. 32)

## 2.4 O Colapso e Extinção da RDA e a Reunificação

Enquanto ao longo de sua existência a RFA consolidou sua posição como potência econômica mundial, a RDA viveu um progressivo definhamento. Em grande medida, a RDA só se manteve enquanto sustentada pela força e repressão, sendo que, quando ocorreu um movimento de flexibilização, ela rapidamente deixou de existir.

No geral, o modelo econômico socialista, de economia planejada, tornou insustentável a economia da RDA. Ela tinha comprometida sua competitividade internacional pelos altos custos de produção, para o qual concorriam vários fatores, como o excessivo número de empregados para assegurar o pleno emprego, mas que impedia a eficiência do processo produtivo. Também era um problema a qualificação dos empregados, visto que cargos e promoções eram decididos muito mais pelo alinhamento político do que por meritocracia e adequação profissional<sup>17</sup>. Assim, a baixa produtividade e eficiência, bem como a baixa qualidade dos produtos, em comparação a seus concorrentes externos, tornava inviável a competição no mercado internacional.

Internamente, as distorções decorrentes da economia socialista planejada também geravam grande descontentamento em sua população, pela falta de disponibilidade de bens, de peças de reposição, de direitos do consumidor etc.

Para ilustrar esse cenário, tomemos em comparação a situação do setor automotivo da RFA e da RDA. Na RFA, que incentivava o livre mercado e a concorrência, existiam diversas montadoras de veículos (tal como Volkswagen, Audi, BMW, Mercedes etc), em constante competição para criar veículos melhores, mais bonitos, seguros e tecnológicos, com assistência técnica adequada, e com condições de permitir acesso à população, de modo a conquistar o consumidor. Tal cenário levou a que tais veículos

alemães sejam até hoje referência de qualidade no mercado mundial. Ao mesmo tempo, na RDA, o veículo padrão disponível à população era o Trabant. Como o modelo socialista não levava em conta questões de oferta e procura, o veículo era fabricado em quantidades inadequadas às demandas da população, o que acarretava em filas de espera que impunham aguardar muitos anos pela entrega do produto ao consumidor final (relatos dão conta que a espera poderia superar mais de dez anos). Essa indisponibilidade criava uma distorção pela qual os veículos usados, que eram prontamente disponíveis, eram mais caros que um exemplar novo, que demandaria aguardar por vários anos. Ainda, pela indiferença em relação a direitos de consumidor, os compradores, além de aguardar em fila de espera, não tinham direito de escolher a cor do veículo, e não contavam com um adequado serviço de manutenção e de reposição de peças no pós-venda, além de que os Trabants eram projetos de baixa qualidade, defasados tecnologicamente, visualmente feios, e, portanto, não teriam qualquer condição de competição fora dos limites do bloco socialista. Tanto que, após a reunificação alemã, não mais existiam condições de continuidade para a produção de tais produtos, que se hoje ainda existem na Alemanha é apenas como peças de interesse dos turistas, por seu fator de curiosidade histórica.

Como consequência de tais fatores, na década de 1980<sup>18</sup>, a RDA encontrava dificuldade em competir e vender mercadorias ao exterior, bem como obter créditos. Ainda, convivia com déficits, a necessidade de importações e grande endividamento externo, que foram corroendo cada vez mais a sua economia<sup>19</sup>.

Para contornar tais dificuldades, a RDA se valeu muito da cooperação econômica da RFA nos anos 70 e 80, situação que, embora pareça paradoxal em um primeiro momento, foi importante fonte de recursos da RDA, visto que a RFA lhe pagava pelo uso de estradas, vistos,

17 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001, p. 188.

18 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001, p. 125.

19 Outro fator que impunha elevado impacto ao orçamento da RDA era a manutenção de seu amplo aparato de controle e defesa, incluída toda a estrutura e pessoal necessário à manutenção do muro de Berlim.



“compras” de presos políticos<sup>20</sup>, entre outros, além de viabilizar crédito direto e empréstimos de terceiros (atuando como avalista ou facilitador), atitudes essas possivelmente tomadas em um esforço de estreitamento de relações e visando afastar eventual intervenção da União Soviética. De fato, a RDA chegou a ponto em que, sem a cooperação da RFA, não conseguiria manter o padrão de vida que, embora inferior ao ocidental, era considerado dos melhores no bloco socialista.

As pressões da população, que demandava mais bens de consumo e lidava com frequente escassez de produtos nas lojas estatais, demonstrou que o socialismo real aplicado na RDA, mesmo após décadas de tentativas, não propiciava alto nível de bem-estar à população. Ademais, ficou evidente que o modelo econômico aplicado à RDA não era autossustentável<sup>21</sup>, sendo que a população, por muitas vezes, demonstrou seu descontentamento, tendo por momento mais icônico de tal contrariedade a queda do muro de Berlim, em 1989. Também havia, pela população, um clamor por liberdade, direitos civis, direitos humanos, liberdade de expressão, religiosa e de imprensa, entre tantos aspectos que eram reprimidos pelo poder central.

Apesar deste cenário, nos anos 1980, houve ampla resistência a mudanças e reformas pelo governo da RDA, pois sabiam da fragilidade estrutural do modelo, mesmo diante do movimento soviético de reforma (*glasnost e perestroika*). Mas a RDA sofria com a perda de apoio, político e militar, da URSS, então em fase de reestruturação. Portanto, ao final dos anos 1980, a RDA estava economicamente insustentável, dependia muito de subsídios da RFA, e praticamente só sobreviveu enquanto baseada na força e repressão.

O problema se agravou em 1989. Inúmeras manifestações populares de protesto ocorriam no país, ao mesmo tempo em que se verificava um aumento muito grande de refugiados. Ao longo de 1989 teriam fugido da RDA, através da Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, mais de 225 mil pessoas<sup>22</sup>. A fuga em massa, acarretando perda substancial de mão de obra, impactou ainda mais a produção de produtos e serviços na RDA.

Para tentar conter esse fluxo, o governo da RDA planejou uma medida de facilitação de viagens, que se pretendia instituir sobre o rigoroso controle de fronteiras da RDA, mas o mero anúncio da medida desencadeou imediato movimento popular que levou milhares de pessoas, na noite de 9/11/1989, a cruzar a fronteira para Berlim ocidental. A magnitude da movimentação popular levou a RDA a perder o controle da situação, frente ao que abriu sua fronteira, no episódio histórico que ficou conhecido como a “queda do muro de Berlim”.

No entanto, apesar do que pode parecer à primeira vista, o episódio da “queda do muro” não gerou a reunificação da Alemanha, mas sim a eliminação do controle de tráfego entre suas fronteiras, não obstante os dois países continuassem existindo separadamente. De fato, a anexação da RDA à RFA viria a ocorrer somente no ano seguinte.

Isso porque, embora a RDA continuasse a existir após a queda do muro, a perda do controle de fronteiras acelerou o seu processo de desmonte, dado que, sem a política de controle e repressão, perdeu as condições de sustentação<sup>23</sup>. Com maior liberdade, a opção da população oriental foi por eliminar o status quo socialista. Muitos, inclusive, continuavam a se retirar da RDA, mesmo após a abertura de fronteiras, tal como em janeiro de 1990, quando 50.000 pessoas se mudaram para a RFA.

20 Sobre a “venda” de presos políticos, Martin Kitchen afirma que entre 1964 e 1989, 33.755 pessoas foram negociadas, cf. KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 524, mesmo número indicado por Hertle (cf. HERTLE, Hans-Hermann. *The Berlin Wall story*. 2.ed. Berlin: Christoph Links Verlag GmbH, 2016, p. 142). Tais negociações se deram por dinheiro ou fornecimento de bens. Como atesta Hans-Hermann Hertle “for the GDR, the sale of prisoners is an important and reliable source of foreign currency, as its politically founded criminal law ensures that new prisoners are in constant supply” (cf. HERTLE, Hans-Hermann. *The Berlin Wall story*. 2.ed. Berlin: Christoph Links Verlag GmbH, 2016, p. 99).

21 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001, p. 141.

22 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001, p. 164.

23 Conforme afirma Hans-Hermann Hertle, em tradução livre, o muro era, e até 1989 continuou sendo, uma condição de existência da RDA (HERTLE, Hans-Hermann. *The Berlin Wall story*. 2.ed. Berlin: Christoph Links Verlag GmbH, 2016, p. 92).

De fato, não era desejo social majoritário da população reformar a RDA (embora existissem os partidários de tal ideia), mas sim extinguir o referido país e seu respectivo modelo, o que ficou evidente nas primeiras eleições livres realizadas em março de 1990, que levou a uma mudança de poder, desalinhando-se da União Soviética.

Assim, em julho de 1990 foi implantada a união econômica e monetária entre as duas Alemanhas, passando a moeda da RFA a ser adotada na RDA. E finalmente, em outubro de 1990, a RDA foi extinta, e os estados que integravam seu território foram anexados à República Federal da Alemanha - RFA, formalizando assim a reunificação da Alemanha, tal como se conhece hoje.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou demonstrar a situação alemã vivenciada entre o final da 2ª guerra mundial até o início dos anos 1990, quando da ocorrência da reunificação alemã, com enfoque especial nos modelos de organização dos referidos países enquanto durou sua coexistência.

Como consequência do término da guerra, o território alemão se viu ocupado pelos países vencedores. Em razão dos crescentes desentendimentos entre as potências dominantes, a ocupação acabou acarretando na criação de dois novos países, a RFA - República Federal da Alemanha, popularmente conhecida por Alemanha Ocidental, e a RDA - República Democrática Alemã, conhecida como Alemanha Oriental. Por influência direta das potências ocupantes, a organização dos referidos países adotou modelos completamente diversos, nas mais diversas esferas, em especial no campo econômico e político.

A RFA adotou uma economia de mercado, que previa livre iniciativa, propriedade privada e amplo estímulo à concorrência empresarial, assegurando também liberdade em diversas esferas, como no campo político, religioso, de pensamento, de imprensa etc. Ainda, visando aumentar o bem-estar da população, criou ampla rede de mecanismos de proteção social.

A RDA, por seu turno, adotou um modelo socialista, de política e economia centralizada. No plano econômico, a atuação era decorrente de um planejamento central decidido pelo governo, que buscava eliminar a propriedade privada para assegurar ao Estado a propriedade dos meios de produção. No plano político, adotou-se modelo de centralização, em que o poder era sempre exercido pelo partido principal, apoiado por partidos menores, mas vedada a dissidência.

O trabalho demonstrou como essas opções repercutiram para os respectivos países nas décadas que se sucederam, até chegar a 1990, quando a RDA abandonou o modelo socialista e, após uma maior abertura política e econômica, acabou, em sequência, extinta, vindo a ser incorporada pela RFA, no episódio histórico conhecido como a reunificação da Alemanha. Trata-se, assim, de estudo de caso real, que permite observar os efeitos da aplicação de diferentes modelos de organização sobre um mesmo povo, na mesma região, em um mesmo momento histórico.

### 4. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 2. ed. São Paulo: Global; Brasília: Editora UNB, 2001.

HERTLE, Hans-Hermann. *The Berlin Wall story*. 2.ed. Berlin: Christoph Links Verlag GmbH, 2016.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha moderna de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013.

PERALTA, Ana Maria. *Direito comercial comparado*. Lisboa: AAFDL, 1997.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 16.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 2012.